

AS IDEOLOGIAS DA REVOLTA DA ARMADA

Thamara Regina Pergentino da Silva (História - Universidade Estadual de Londrina

Bolsista IC/ Fundação Araucária)

Co-Autor: José Miguel Arias Neto

Palavras-Chave: Revolta da Armada, ideologia e Positivismo.

O subprojeto, “As ideologias da Revolta da Armada”, integra um trabalho maior, intitulado: “A Formação da Marinha de Guerra do Brasil (1821-1845)” sob orientação do professor Dr. José Miguel Arias Neto.

O objetivo da pesquisa é identificar, a partir de análises de documentos, principalmente através da obra “O Governo Provisório e a Revolução de 1893” do Almirante Custódio José de Mello, a ideologia dos oficiais de Marinha envolvidos na Revolta da Armada dos anos de 1891 e 1893 contra os presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. A hipótese central é a de que o positivismo constitui o pensamento destes oficiais, que se vêem responsáveis em manter a ordem e eliminar qualquer obstáculo que, em sua perspectiva, ameaçasse o desenvolvimento do país.

Nisto vemos uma das peculiaridades que circundam o tema, pois embora o recorte temporal esteja, aparentemente, fora da temporalidade inicial definida para o projeto geral, a temática é relevante para a compreensão da configuração do Estado brasileiro na medida em que dá dimensão da intervenção de militares na política ao final do Império e início da República.

O entendimento das Revoltas se mostra como essencial na medida em que através deste se pode apreender tanto a constituição ideológica quanto até mesmo corporativa da Marinha, aliado a isto, a demonstração do papel que estes desempenharam no desejo de se construir um novo Brasil.

Antes de iniciar a abordagem acerca das revoltas, é necessário ressaltar quem é o Almirante Custódio José de Mello, qual sua importância dentro da corporação da marinha dentre os anos decorrentes do século XIX, para o seu livro ser nesta pesquisa a fonte para o resgate das ideologias.

De acordo com o livro “A Revolta da Armada” (1997) de autoria de Hélio Leôncio Martins, a história da carreira militar do baiano Custódio de Mello, filho do

tenente Coronel Francisco de Mello, confunde-se com a história da Marinha na segunda metade do século XIX.

Ele mudou-se para o Rio de Janeiro para conseguir matrícula na escola da Marinha, que por sua dedicação no dia primeiro de março de 1856, com 16 anos de idade ingressou como aspirante da guarda – marinha.

E a partir daí, após o término das guerras separatistas, a Marinha que neste momento era somente encarregada de policiar a costa brasileira com pequenas unidades ao longo do litoral, defendendo os limites territoriais e contra aquilo que iria oposto as determinações do Império, Custódio de Mello atuava na Marinha comandando estes navios e treinando marinheiros.

Com a guerra do Paraguai, a Marinha passou da posição de policiar para guerrear, e o Almirante Custódio, nos quatro anos do conflito foi de primeiro - tenente para capitão - tenente, onde por seus feitos recebeu elogios de bravura e eficiência técnica.

Com as mudanças trazidas com a Revolução Industrial acerca de aparelhamentos técnicos até de equipamentos navais, Custódio como o melhor técnico de artilharia, fez durante um extenso período um curso na Europa que o preparou para as novas funções que teria na fiscalização da construção de novos torpedos e armamentos encomendados pela Marinha, como o torpedo *Whitehead* e o encouraçado *Aquibatã*, no qual foi o primeiro comandante da Marinha mecanizada e metalizada.

Assim, percebemos a real sincronia da história de vida do Almirante com a Marinha do século XIX, ainda como será discutido a seguir, nos anos subsequentes a Proclamação da República, marcada pelo desenvolvimento de uma nova postura da Armada, na qual Custódio esteve a frente desta movimentação.

Após isso, se faz necessário apontar um trecho da obra de Hélio Leôncio Martins, onde sintetiza quem era este importante membro da Marinha do século XIX:

“(…) Custódio José de Mello foi um dos mais brilhantes e eficientes oficiais de sua geração. Na guerra e na paz, o profissionalismo que o fazia sobressair foi provado e aprovado, sendo sempre figura de realce na corporação do mar. Possuía, entretanto, consciência muito viva deste seu valor, resultando daí personalidade individualista e orgulhosa, com grande suscetibilidade quando seu desempenho funcional não era reconhecido nos níveis que achava merecer, ou não ocupava posições com ele concordantes” (MARTINS, 1997. p. 121).

Deste modo, podemos explicar acerca das revoltas, sem deixar de prestar atenção na ligação entre Custódio de Mello e a Marinha.

Os oficiais da Marinha Nacional buscam na Revolta da Armada de 1891, a deposição do presidente Deodoro da Fonseca devido à crise política e econômica que assolava o país, decorrente, principalmente do encilhamento – resultante da política econômica de Rui Barbosa. Outro fator determinante da eclosão da Revolta foi a tentativa de fechamento do Congresso Nacional, por parte de Deodoro, como resposta ao fato de que este organizava o *impeachment* presidencial. Liderada pelo Almirante Custódio José de Mello e, contando com a solidariedade do vice-presidente, Floriano Peixoto, a movimentação dos navios da esquadra e a mobilização do congresso provocaram a queda de Deodoro da Fonseca que, decide renunciar.

Já a Revolta da Armada de 1893, inicia-se pelos conflitos em torno da sucessão presidencial. Floriano Peixoto assume a presidência após a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca e não organiza uma nova eleição. Segundo as oposições a este a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891) determinava no artigo 42 que: “Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”.

Por outro lado, o presidente e seus partidários não aceitavam esta interpretação. Uma série de eventos tiveram lugar então: em 1892 vários oficiais assinam o documento que ficou conhecido como *Manifesto dos Treze Generais*, onde reivindicavam a realização de novas eleições. A reação presidencial foi rápida e eficaz, resultando na prisão dos signatários. Também o Almirante Custódio de Mello, ministro da Marinha de Floriano voltou-se contra o presidente devido à eclosão da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Custódio já havia renunciado ao cargo de ministro em abril de 1893.

Quando renuncia ao cargo de Ministro da Marinha o Almirante escreve um manifesto: “Dou, assim minha demissão, mas fora do Governo, servirei à República, defendendo e sustentando as suas instituições” (CARTA DE RENÚNCIA, apud. ARIAS NETO, 2001, p.206). Em sua leitura podemos entender que neste momento de movimentação e decisão sobre a postura a ser tomada frente a estes acontecimentos, Custódio decide desistir do seu cargo e passar a defender aquilo que buscou na revolta da Armada de 1891, ou seja, um governo que se comprometa a seguir a Constituição e responda aos princípios republicanos. Mostra-se assim, que não sendo mais participante

do governo de Floriano, poderia agir defronte a seu país de forma a buscar a legalidade e a eliminação destes percalços que comprometiam o desenvolvimento do país.

Floriano também adotava como justificativa para seus atos a idéia de salvação nacional. Quando reclamavam acerca de seu mandato respondia: “Amigo, quando a situação e as instituições correm perigo, o meu dever é guardar a Constituição em uma gaveta, livrá-la da rebeldia, e no dia seguinte entregá-la ao povo, limpa e imaculada” (apud ARIAS NETO, 2001, p. 207). Assim, de uma forma na qual respondendo aos seus interesses, se preocupa em colocar suas ações em prol do nacional como também fez seus opositores.

Após a renúncia de Custódio, as ações do governo passaram a ser vistas como afrontas à Marinha, a armada se sentiu afrontada pelo domínio do exército, sendo deixada em segundo plano na organização governamental. E republicanos, monarquistas, deodoristas e federalistas do sul descontentes com Floriano organizaram a Revolta da Armada. A seis de setembro de 1893 a esquadra sitiou o Rio de Janeiro. Floriano Peixoto e Custódio de Mello alegando que queriam manter a ordem pública, assim, impedir a ação do adversário em um confronto que poderia bombardear a cidade do Rio de Janeiro, começaram a agir em reuniões diplomáticas para conseguirem apoio dos navios estrangeiros que estavam na Baía de Guanabara, como ingleses, franceses, americanos, portugueses e alemães.

Só depois de negociações em janeiro de 1894, os Estados Unidos, convencidos de que a Revolta da Armada era um movimento de restauração monárquica, decidiram apoiar Floriano. A esquadra norte-americana bloqueou as ações dos rebeldes na Baía de Guanabara e a revolta terminou derrotada.

O enfoque da pesquisa é a análise da obra de Custódio de Mello sobre as duas revoltas da Armada, principalmente o livro “O Governo Provisório e a Revolução de 1893”, fundamental neste trabalho como o documento mais importante para a compreensão das ideologias presentes dentro do corpo da Marinha, por nos possibilitar através da sua leitura, analisar na perspectiva de um dos líderes da revolta, o Almirante Custódio José de Mello, como ela se procedeu e principalmente entender o que moveu os marinheiros a se posicionarem contra os presidentes vigentes nos anos de 1891 e 1893.

Para isso adota-se como metodologia a “técnica” da análise documental, que se coloca como um trabalho minucioso na leitura das fontes, procurando estabelecer autoria, datação, hierarquia de idéias, universo ideológico do autor e público alvo.

Deste modo, é importante ressaltar como este livro se apresenta. Primeiro nos aspectos físicos: como um documento publicado em 1938, as suas folhas estão danificadas, há páginas faltando e o português apresentado possui marcas do século XIX e início do XX na grafia e nas pontuações.

O livro foi publicado em 1938 após a morte do Almirante, que faleceu em 15 de março de 1902. No qual não foi possível por ele ser terminada a organização da obra, e por isto a pedido da sua esposa D. Edelvira e os filhos os manuscritos foram copiados e revisados por Manuel Marques Couto, onde no início do livro presta homenagem ao Almirante, mostrando o que aquele trabalho sintetiza, o que ele expressa e no que acrescentará a posteridade:

“A mocidade presente e futura, notadamente a militar, admirará com verdadeiro entusiasmo os mais nobres e alevantados sentimentos patrióticos de Custodio José de Mello, cuja vida é synthetizada na sua mais bella expressão: a do sacrificio ao serviço do dever e da honra”
(O GOVERNO PROVISÓRIO ... 1938, p. 8).

O intuito do Almirante Custódio ao escrever a obra era de nela identificar como aconteceu as Revoltas de 1891 e 1893 e o que os levaram a organizarem os movimentos, isso, pois o livro seria, podemos dizer, a explicação dos acontecimentos, a introdução, o que anteciparia a publicação de um outro, intitulado: “Justificação da Revolução de 5 de setembro de 1893”.

Agora, fazendo uma crítica interna a obra (ao documento histórico), Custódio, ao mesmo tempo em que apresenta e analisa os fatos dá outras perspectivas aos acontecimentos com diferentes tipos de fontes, por ter tido contato com outros participantes. Devido à sua posição como Almirante e também depois como Ministro da Marinha teve acesso a uma documentação que seria difícil compilar. Através de sua obra temos acesso a cartas trocadas entre os governadores, manifestos das revoltas, notas retiradas de jornais da época e outros elementos que permitem compor um panorama da interlocução do autor com outros personagens da época, o que permite uma configuração mais ampla do universo sócio-político da Revolta da Armada.

Ao longo do desenvolvimento do livro, Custódio leva-nos a perceber que a Marinha estava em um estágio de formação de sua identidade, de entender o que representavam para o país, neste contexto histórico de instauração do Regime Republicano.

Logo na primeira parte do capítulo inicial do livro, já mencionado, do Almirante Custódio José de Mello, após ele expor como receberam a notícia da Proclamação da República decorrentes já 14 dias do acontecido, pois estavam em uma viagem de circunavegação em torno do planeta (receberam o telegrama da notícia na Índia); temos claramente demonstrada essa postura da Marinha neste momento da História já relatado, das duas revoltas, o sentimento que os envolvia ao promoverem a organização destes movimentos. Colocando em destaque o trecho a seguir:

“Na Monarchia nunca nos filiámos a nenhum partido politico, nem uma só vez exercemos o direito de voto nos comicios eleitoraes, jamais occupámos logar politico, e muito menos nos préstamos a manejos militares eleitoraes nos cargos de administração, inherentes ao serviço militar, que nos foram confiados. Iamos, sim, sempre que o dever militar e o desejo de gratidão o exgiam, ao Paço Militar cumprimentar o Chefe da Nação, de quem nunca soffremos desgostos de uma só injustiça. Mas, si é certo que nossas idéias republicanas, ainda que platonicas, nos afastavam das lutas partidarias e do convívio dos homens politicos e dos cortesãos, não é menos certo de que servimos a nosso Paiz com a maior dedicação, lealdade e patriotismo, do que nossa fé de officio fornece inequívocos e exuberantes provas. (...) servindo nos agora a Republica, principalmente depois de termos por duas vezes arriscado nossa vida para salvá-la (...).” (MELLO, 1938, p. 25-26)

Neste trecho acima podemos notar que Custódio de Mello tenta justificar a não participação da Marinha na Proclamação da República, apresenta a maneira que a Armada se portava perante o Império, confirma que não participavam de reuniões referentes a assuntos políticos, mas ressalta que de qualquer forma “sempre” estavam prontos para defender o país através de seu ofício como marinheiros, e principalmente respeitando o Imperador. É interessante perceber que o Almirante aponta a existência na Marinha de um sentimento republicano platônico durante o período imperial, que os faziam permanecer afastados de participações políticas, e podemos dizer que Custódio quer colocar que em consequência disto o exército foi maioria nos movimentos republicanos.

No entanto, no final desta sua colocação o Almirante enfatiza que após a instauração da República a marinha agora a serve, e já por duas vezes (referindo a Revolta da Armada de 1891 e 1893) se arriscou a salvá-la, ou seja, nesta nova organização governamental a marinha não mais, mesmo sendo uma posição de segurança, se resguardará, neste momento passará a lutar pela permanência do governo republicano a qualquer resultado, colocando em risco sua própria estrutura corporativa

em defesa do país, seja até mesmo participando da política, como interferiram em 1891 e 1893.

Vemos então, que além do sentimento patriótico havia como propulsor da organização destes movimentos, sem ressaltar os motivos específicos já mencionados no início deste trabalho, outras reivindicações de Custódio de Mello, o “domínio” e predomínio das ações do exército no Governo Provisório, após estes terem proclamado a República. Onde tenta mostrar ao longo do livro, e também como vimos na citação acima, que a Marinha representa toda a sociedade e se fundamenta como responsável em manter os direitos nacionais preservados, e principalmente os pautados após o estabelecimento da Constituição de 1891, na qual a Assembléia Constituinte elencou a legislação necessária a manutenção da ordem e respeitabilidade ao governo republicano.

Através da análise documental podemos perceber que a ideologia presente na Marinha recebe influência da filosofia de Augusto Comte, que estabelece o progresso e o desenvolvimento de um país, resultado de uma sociedade dominada no meio social e político por uma elite científico-industrial, na qual estaria inserida oficiais revoltosos da Armada.

Contudo, o projeto de pesquisa “As Ideologias da Revolta da Armada” leva-nos a ter uma perspectiva abrangente ao processo de crescimento dentro do corpo da marinha em se reconhecerem como tutores dos brasileiros, ou seja, em combaterem, reivindicarem, contra algo que ameaçasse, na sua visão, a ordem e o progresso do país, e compreender como o positivismo estava presente nesta nova amostragem nas ações da Marinha na Revolta da Armada, tanto de 1891 como de 1893.

Referências Bibliográficas

ARIAS NETO, José Miguel. **Em Busca da Cidadania:** praças da armada nacional (1867-1910). 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/principal.htm>> Acesso em: out, 2007.

GIANNOTTI, José Arthur. Vida e Obra. In: Giannotti, José Arthur; Lemos, Miguel (trad.). **Os Pensadores - Auguste Comte.** São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta Da Armada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

MELLO, Custódio José. **O Governo Provisório e a Revolução de 1893**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.